



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**  
**11ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL**

**Registro: 2015.0000266482**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Inquérito Policial nº 0008810-42.2015.8.26.0000, da Comarca de Catanduva, em que , são GERALDO ANTONIO VINHOLI (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVA) e AFONSO MACCHIONE NETO (EX-PREFEITO MUNICIPAL DE CATANDUVA).

**ACORDAM**, em 11ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Determinaram o arquivamento do presente pedido de instauração de Inquérito Policial. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores MARIA TEREZA DO AMARAL (Presidente sem voto), PAIVA COUTINHO E GUILHERME G.STRENGER.

São Paulo, 15 de abril de 2015.

**SALLES ABREU**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**  
**11ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL**

Inquérito Policial nº 0008810-42.2015.8.26.0000

Investigados: Geraldo Antonio Vinholi (Prefeito do Município de Catanduva) e Afonso Macchione Neto (Ex-prefeito Municipal de Catanduva)

Comarca: Catanduva

**Voto nº 35.005**

*Ementa:*

*“Inquérito policial – Promoção de arquivamento pela Procuradoria de Justiça – Acolhimento – Impossibilidade de se vincular o prefeito com o panfleto calunioso – Eventual fato típico em relação as contratações para realização de obras no município deverão aguardar a solução do inquérito civil – Ausência de justa causa para a instauração da investigação criminal no presente momento – Feito arquivado.”*

Trata-se de requisição de instauração de Inquérito Policial formulada pela Promotoria de Justiça de Catanduva em desfavor de **Geraldo Antônio Vinholi** atual prefeito daquele Município, visando apurar a possível prática do crime de calúnia do contra o ex-prefeito Afonso Macchione Neto, bem como da idoneidade da contratação de empresas para realização de serviços arquitetônicos e paisagísticos na cidade, por este último, durante sua gestão (fls. 05/09).

Instada a se manifestar a Procuradoria de Justiça pugna pelo arquivamento dos autos (fls. 17/20).

Este, em apertada síntese, é o relatório.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**  
**11ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL**

O inquérito policial, em relação ao Prefeito de Catanduva, Sr. Geraldo Antônio Vinholi, nesse momento, não deve ser instaurado. Vejamos:

Conforme extrai-se dos autos, em decorrência da informação contida em um panfleto distribuído no período eleitoral pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi instaurado inquérito civil para a apuração da contratação de escritórios de arquitetura para a realização de obras no Município de Catanduva.

Identificou-se, naquele feito, caso não fossem comprovadas as alegações de que os serviços dos referidos escritórios não teriam sido efetivamente prestados, configuraria, em tese, o delito previsto no art. 138, “*caput*”, do Código Penal.

Nesse contexto, como bem consignado pelo d. Procurador de Justiça: “*o panfleto que fundamenta a comunicação do fato considerado pelo presidente do inquérito civil potencialmente criminoso, não é assinado senão pelo partido político. Ainda que diretamente beneficiado, não existe evidência de que o atual prefeito Municipal de Catanduva tenha sido o autor da peça.*”

Ainda, as questões atinentes à idoneidade das referidas contratações dependerão do desenvolvimento das investigações daquele inquérito civil para que possam assumir relevância penal.

Assim, diante da ausência de justa causa para a instauração de investigação criminal, nesse momento, resulta inviável a abertura de inquérito policial.

Com efeito, de rigor o arquivamento do presente



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**  
**11ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL**

feito.

Isto posto, pelo meu voto, **determina-se o arquivamento** do presente pedido de instauração de Inquérito Policial.

**Salles Abreu**  
Relator